

**1.000**

**QUESTÕES PARA O**

**TJ-PE**

**TÉCNICO JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA**

# SUMÁRIO

|                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| LÍNGUA PORTUGUESA .....                                                                                       | 13  |
| → LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS .....                        | 13  |
| → ACENTUAÇÃO.....                                                                                             | 15  |
| → FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....                                                                      | 21  |
| → CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....                                        | 25  |
| → PRONOMES PESSOAIS.....                                                                                      | 29  |
| → SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS .....                                                                                 | 29  |
| → HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS .....                                                                                 | 31  |
| → DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....                                                                                 | 32  |
| → ORAÇÕES COORDENADAS .....                                                                                   | 33  |
| → ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS .....                                                                     | 34  |
| → ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS .....                                                                        | 34  |
| → ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS .....                                                                       | 35  |
| → PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....                                          | 35  |
| → REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....                                                               | 43  |
| → CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....                                                                        | 46  |
| → VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....                                                                        | 53  |
| → FIGURAS DE LINGUAGEM .....                                                                                  | 55  |
| → INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO) .....                                                                 | 57  |
| → TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....                                                                             | 83  |
| → CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....                                                 | 97  |
| → VOCATIVOS .....                                                                                             | 98  |
| → FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO.....                                                                   | 98  |
| → DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....                                                                | 99  |
| → FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO) .....                                                                | 99  |
| → CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL).....                                                                   | 99  |
| → GABARITO  .....          | 99  |
| RACIOCÍNIO LÓGICO .....                                                                                       | 103 |
| → ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA..... | 103 |
| → PROBABILIDADE CONDICIONAL .....                                                                             | 104 |

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO .....                                                                              | 104 |
| → PROBABILIDADE DA UNIÃO .....                                                                                    | 104 |
| → EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES .....                                                    | 104 |
| → PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR .....                                                                      | 104 |
| → CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA .....                                                     | 104 |
| → MATEMÁTICA - ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES) ..... | 105 |
| → RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS .....                            | 106 |
| → OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA) .....               | 107 |
| → TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS .....                                                                  | 108 |
| → ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE .....                                                        | 109 |
| → DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES .....                                    | 110 |
| → SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS .....                                                         | 111 |
| → GABARITO  .....                | 112 |

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO ..... 115

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS .....                                           | 115 |
| → PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS .....                                    | 116 |
| → CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS .....                                                              | 117 |
| → ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS) .....                                   | 117 |
| → ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS .....                                         | 117 |
| → ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO .....                          | 118 |
| → DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO) ..... | 118 |
| → PODER REGULAMENTAR .....                                                                            | 119 |
| → PODER HIERÁRQUICO .....                                                                             | 119 |
| → PODER DISCIPLINAR .....                                                                             | 119 |
| → PODER DE POLÍCIA .....                                                                              | 119 |
| → ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS) .....                                                        | 120 |
| → ADMINISTRAÇÃO INDIRETA .....                                                                        | 120 |
| → CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO) .....                                              | 122 |
| → CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS .....                                                               | 122 |
| → CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS .....                                                             | 122 |
| → DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 8.112/1990) .....                   | 122 |
| → FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990) .....                                     | 122 |
| → DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS (ARTS. 61 A 76 DA LEI Nº 8.112/1990) .....                           | 123 |
| → DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990) .....                                  | 123 |
| → DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990) .....                 | 124 |
| → DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR (ARTS. 183 A 230 DA LEI Nº 8.112/1990) .....                       | 124 |
| → DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992) .....                                 | 125 |
| → DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992) .....                                  | 125 |

|                                                                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992).....                                                                        | 126 |
| → DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....                                | 126 |
| → DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992).....                                                                        | 126 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....                                 | 126 |
| → DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....                                                                         | 126 |
| → PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                                                  | 127 |
| → MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                              | 127 |
| → CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                        | 127 |
| → CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)..... | 128 |
| → DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                               | 128 |
| → EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                         | 128 |
| → ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....                                                 | 129 |
| → GABARITO  .....                                 | 129 |

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL..... 131

|                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....  | 131 |
| → DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....                              | 133 |
| → DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....                                  | 136 |
| → ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....                                    | 137 |
| → PERDA DA NACIONALIDADE.....                                                                           | 138 |
| → SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE..... | 138 |
| → DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....                                | 138 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....                            | 138 |
| → DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....                                               | 139 |
| → DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988).....                                                 | 140 |
| → DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....                                             | 140 |
| → DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....                                                    | 140 |
| → DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....                                  | 140 |
| → DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....                        | 141 |
| → DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....                                   | 141 |
| → DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E JUÍZES FEDERAIS (ARTS. 106 A 110 DA CF/1988).....                  | 141 |
| → COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....                                                                 | 141 |
| → DOS PRINCÍPIOS GERAIS (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, ARTS. 145 A 149-B DA CF/1988).....                | 142 |
| → LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR (ARTS. 150 A 152 DA CF/1988).....                                     | 142 |
| → PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....                    | 142 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988).....                               | 143 |
| → DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....                               | 145 |
| → DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988).....                                                           | 145 |

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988) .....                                                                  | 145 |
| → LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - DO MANDADO DE SEGURANÇA<br>(LEI Nº 12.016/2009 E CF/1988) ..... | 145 |
| → DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347/1985 E CF/1988) .....                                                      | 146 |
| → GABARITO  .....               | 146 |

## NOÇÕES DE DIREITO CIVIL.....147

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DIREITO CIVIL (CONCEITO, OBJETO, PRINCÍPIOS, FONTES, HISTÓRICO, ETC) .....                         | 147 |
| → DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10) .....                                             | 147 |
| → DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....                                                 | 148 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....                                        | 149 |
| → DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61) .....                                                              | 150 |
| → CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97) .....                                                       | 150 |
| → FATOS JURÍDICOS: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS .....                                 | 151 |
| → NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114) .....                       | 151 |
| → DA CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO (ARTS. 121 A 137) - ELEMENTOS ACIDENTAIS .....                        | 153 |
| → INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....                                              | 153 |
| → PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....                                                     | 154 |
| → PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....                                                     | 154 |
| → PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 212 A 232).....                                                   | 156 |
| → PRINCÍPIOS GERAIS DAS OBRIGAÇÕES (CONCEITO E FONTES) .....                                         | 156 |
| → DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....                                                       | 157 |
| → DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER (ARTS. 247 A 249).....                                                     | 157 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES (ARTS. 389 A 393) .....                        | 157 |
| → DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954) .....                                                  | 158 |
| → GABARITO  ..... | 159 |

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 161

|                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DIREITO PROCESSUAL CIVIL - DA JURISDIÇÃO (ART. 16).....                       | 161 |
| → DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....                                                  | 161 |
| → DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....                                 | 162 |
| → DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....           | 162 |
| → DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....                                      | 163 |
| → DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138).....                            | 164 |
| → DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143)..... | 165 |
| → DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 176 A 181).....                                  | 165 |
| → DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....                          | 165 |
| → DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217).....               | 166 |
| → DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....                                             | 166 |
| → DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....                                     | 166 |
| → DA REVELIA (ARTS. 344 A 346).....                                             | 166 |

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO (ARTS. 354 A 357) .....                                            | 167 |
| → DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (ARTS. 358 A 368).....                                                  | 168 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380).....                                                                      | 168 |
| → DA PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA (ARTS. 381 A 383).....                                                         | 168 |
| → DA CONFISSÃO (ARTS. 389 A 395) .....                                                                           | 168 |
| → DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....                                                          | 169 |
| → DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538) .....                                                             | 169 |
| → DA EXECUÇÃO EM GERAL (ARTS. 771 A 796).....                                                                    | 169 |
| → DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....                                                           | 170 |
| → DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (ARTS. 921 A 925) .....                                     | 171 |
| → DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008) .....                                                        | 171 |
| → DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....                                                                         | 171 |
| → DO AGRAVO DE INSTRUMENTO (ARTS. 1.015 A 1.020) .....                                                           | 172 |
| → DO AGRAVO INTERNO (ART. 1.021) .....                                                                           | 172 |
| → DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026) .....                                                         | 172 |
| → LEGISLAÇÃO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ESPECIAL - DO MANDADO DE SEGURANÇA<br>(LEI Nº 12.016/2009 E CF/1988) ..... | 173 |
| → DA AÇÃO POPULAR (LEI Nº 4.717/1965 E CF/1988).....                                                             | 174 |
| → DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA (LEI Nº 7.347/1985 E CF/1988) .....                                                      | 174 |
| → GABARITO  .....              | 175 |

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL.....177

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....                                                                  | 177 |
| → ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP) .....                                                                                   | 177 |
| → TIPICIDADE E RESULTADO .....                                                                                         | 178 |
| → CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....                                       | 178 |
| → ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....                                                                           | 178 |
| → LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....                                                                                 | 178 |
| → ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....                                                 | 179 |
| → EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO (ART. 23, INCISO III, DO CP) .....                                                      | 179 |
| → CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....                                                                               | 179 |
| → IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....                                                                      | 179 |
| → POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIMINANTES PUTATIVAS<br>(ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP)..... | 181 |
| → CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP) .....                                                                      | 181 |
| → CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 107 E 120 DO CP) .....                                                     | 182 |
| → DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP) .....                                                                          | 182 |
| → HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP) .....                                                                                     | 183 |
| → INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO OU AUXÍLIO A SUICÍDIO OU A AUTOMUTILAÇÃO (ART. 122 DO CP).....                               | 183 |
| → ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE OU COM SEU CONSENTIMENTO (ART. 124 DO CP).....                                        | 183 |
| → ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO (ARTS. 125 A 128 DO CP) .....                                                          | 184 |
| → DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....                                                                           | 184 |

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....                                                            | 185 |
| → DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP) .....                                             | 185 |
| → DO DANO (ARTS. 163 A 167 DO CP) .....                                                            | 185 |
| → DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP) .....                                | 186 |
| → DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP) .....                                                      | 186 |
| → DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 181 A 183 DO CP).....               | 186 |
| → QUESTÕES MESCLADAS SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 155 A 183 DO CP) .....                | 186 |
| → MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP) .....                                                               | 187 |
| → FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP) .....                                                      | 187 |
| → PECULATO (ART. 312 DO CP) .....                                                                  | 187 |
| → PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....                                           | 187 |
| → INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP) .....                      | 188 |
| → CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP) .....                                             | 188 |
| → CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....                                                          | 188 |
| → FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO (ART. 318 DO CP).....                                   | 188 |
| → CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....                                                  | 188 |
| → GABARITO  ..... | 189 |

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 191

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....                                                    | 191 |
| → INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....                                            | 192 |
| → LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS .....                             | 192 |
| → DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP) .....                                                         | 192 |
| → DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68 DO CPP) .....                                              | 194 |
| → DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP) .....                                                             | 195 |
| → DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 274 A 281 DO CPP).....                                            | 195 |
| → DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP) .....                                              | 195 |
| → DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP) .....                                                | 196 |
| → DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP) .....                                                | 196 |
| → DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....                            | 196 |
| → DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....                           | 196 |
| → DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 351 A 372 DO CPP) .....                                 | 197 |
| → TEORIA GERAL DOS RECURSOS CRIMINAIS (DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE RECURSOS) .....                      | 197 |
| → DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP) .....                                                         | 197 |
| → HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP) .....                                                       | 197 |
| → GABARITO  ..... | 198 |

## LEGISLAÇÃO..... 199

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DIREITO ADMINISTRATIVO - DO PROVIMENTO (ARTS. 10 A 80 DA LEI Nº 6.123/1968) ..... | 199 |
| → DOS DIREITOS E VANTAGENS (ARTS. 85 A 189 DA LEI Nº 6.123/1968) .....              | 200 |

|                                                                                                    |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| → DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 190 A 213 DA LEI Nº 6.123/1968).....                                | 200 |
| → RESOLUÇÃO CNJ Nº 185/2013 - INSTITUI O SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE) .....          | 206 |
| → GABARITO  ..... | 207 |



# NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

## → DIREITO CIVIL (CONCEITO, OBJETO, PRINCÍPIOS, FONTES, HISTÓRICO, ETC)

**1. (IBFC – 2024)** Considerando o que dispõe a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, analise as afirmativas abaixo.

I. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e a equidade.

II. A lei revogada sempre se restaura por ter a lei revogada perdida a vigência.

III. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova. Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) III apenas

**2. (IBFC – 2022)** De acordo com o idealizador do Código Civil de 2002, Miguel Reale, a atual codificação civilista está baseada em três princípios fundamentais. Nesse sentido, assinale a alternativa em que se faz presente um princípio que não integra o rol de princípios fundamentais que orientam o diploma civil de 2002.

- a) Princípio da operabilidade: esse princípio tem dois sentidos. Primeiro, o de simplicidade dos institutos jurídicos, como ocorreu com a prescrição e decadência. Segundo o de efetividade, por meio do sistema de cláusulas gerais e conceitos indeterminados adotado pela atual codificação
- b) Princípio da inerência do risco: toda atividade humana possui inerente o risco. Mesmo a pessoa agindo lícitamente, em conformidade com lei e suas obrigações, e não tomando nenhuma decisão incorreta e irregular, poderá advir uma situação que enseje a responsabilização civil
- c) Princípio da eticidade: a codificação atual preocupou-se precipuamente com a ética e a boa-fé, sobretudo com a boa-fé objetiva, aquela que existe no plano da conduta de lealdade dos participantes negociais
- d) Princípio da socialidade: o Novo Código Civil distancia-se do caráter individualista da codificação anterior. O “nós” prevalece sobre o “eu”. Todos os institutos civis têm função social, caso do contrato e da propriedade

## → DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

**3. (IBFC – 2024)** O Código Civil Brasileiro estabelece em seu Art 1º que “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. Considerando o dito acima, um paciente internado com diagnóstico de câncer de próstata, com metástases ósseas, já em cuidados paliativos diante da irreversibilidade da doença,

em uso de morfina em bomba de infusão contínua, apresentando períodos intermitentes de lucidez, quanto a sua capacidade civil, é considerado:

- a) transitoriamente capaz
- b) incapaz
- c) parcialmente capaz
- d) temporariamente incapaz
- e) temporariamente capaz

**4. (IBFC – 2024)** O Artigo 8º do Código Civil preceitua que se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum deles precedeu aos demais, presumir-se-á que as mortes foram simultâneas. O nome que se dá a isso é:

- a) Comoriência
- b) Premoriência
- c) Contiguidade
- d) Promoriência
- e) Anteroguidade

**5. (IBFC – 2023)** Considerando a personalidade e a capacidade das pessoas naturais no Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, entre outros, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dez meses após o término da guerra
- b) Os pródigos são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer
- c) É vedada a declaração da morte presumida, sem decretação de ausência, ainda que for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida
- d) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil e a incapacidade não cessará, para os menores, pelo casamento

**6. (IBFC – 2023)** De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

Serão registrados em registro público:

- a) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz
- b) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida
- c) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa
- d) os nascimentos, casamentos e óbitos
- e) os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação

**7. (IBFC – 2022)** No que se refere às disposições do Código Civil sobre personalidade e capacidade, assinale a alternativa que aborde corretamente a definição de comoriência.

- a) Ocorre naqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade
- b) Ocorre se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida
- c) Ocorre se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra
- d) Ocorre, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória
- e) Ocorre se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumindo-se simultaneamente mortos

**8. (IBFC – 2022)** No que se refere às pessoas naturais, assinale a alternativa que apresenta incorretamente uma hipótese de incapacidade relativa.

- a) Maiores de dezesseis e menores de dezoito anos
- b) Pródigos
- c) Pessoas com deficiência
- d) Ébrios habituais e os viciados em tóxico

**9. (IBFC – 2022)** De acordo com expressa previsão constante do Código Civil brasileiro, far-se-á averbação em registro público:

- a) a interdição por incapacidade absoluta
- b) a emancipação por outorga por sentença do juiz
- c) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação
- d) a emancipação por outorga dos pais

**10. (IBFC – 2019)** Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Sobre os direitos da personalidade, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa incorreta.

- a) os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária
- b) para cessar a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, deve-se buscar o Código Penal, já que não há previsão no Código Civil a respeito
- c) é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte
- d) ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica

**11. (IBFC – 2017)** De acordo com o Código Civil, a menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos completos, oportunidade em que o indivíduo fica habilitado à prática de todos os atos da vida civil. Sobre o tema “capacidade”, assinale a alternativa correta:

- a) A incapacidade cessa quando do exercício de emprego público efetivo
- b) São absolutamente incapazes os pródigos
- c) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade se tornam absolutamente incapazes
- d) A capacidade dos indígenas é regulada pela legislação ordinária, incluindo-se aí os dispositivos do Diploma Civil
- e) São considerados relativamente incapazes aqueles menores de 16 anos

**12. (IBFC – 2017)** Assinale a alternativa correta sobre a capacidade civil nos termos da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil), daqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- c) São perfeitamente capazes para todos os atos da vida civil.
- d) São incapazes, absolutamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- e) São perfeitamente capazes para os atos da vida civil que impliquem disposição de direitos imobiliários.

**13. (IBFC – 2015)** Considerando as disposições do código civil brasileiro sobre as pessoas naturais, assinale a alternativa correta.

- a) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção, mas a lei põe a salvo, desde o nascimento com vida, os direitos do nascituro.
- b) A personalidade civil da pessoa começa com o registro civil, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- c) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- d) A personalidade civil da pessoa começa com o registro civil, mas a lei põe a salvo, desde o nascimento com vida, os direitos do nascituro.
- e) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, e a lei não põe a salvo quaisquer direitos do nascituro.

## → DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21)

**14. (IBFC – 2024)** A respeito do que dispõe o Código Civil de 2002 acerca das pessoas naturais, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- ( ) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- ( ) O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome, ainda que adotado para atividades lícitas.
- ( ) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V
- b) F - V - F
- c) F - F - V
- d) V - V - F

**15. (IBFC – 2022)** No que tange aos direitos da personalidade, assinale a alternativa incorreta.

- a) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando for comprovada a inexistência de intenção difamatória
- b) é válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte
- c) com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária
- d) ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica

**16. (IBFC – 2017)** Os direitos da personalidade são estabelecidos em lei e tem por objetivo garantir condições mínimas para a vida cotidiana.

Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Código Civil veda qualquer tipo de constrangimento que submeta a pessoa a tratamento médico com risco à vida
- b) É proibida a veiculação de nome alheio em peças publicitárias, exceto quando há autorização expressa
- c) Pode, qualquer parente em linha reta, buscar o judiciário para a reparação de danos quando do uso de imagem de parente morto
- d) É válido dispor sobre o próprio corpo para pesquisa científica após a morte, não podendo esse ato ser revogado a qualquer tempo
- e) O Diploma Civil permite a disposição do próprio corpo, mesmo quando isso contrariar os bons costumes

**17. (IBFC – 2015)** Assinale a alternativa correta com base nas disposições do código civil brasileiro sobre os direitos da personalidade.

- a) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não havendo qualquer possibilidade da lei criar exceções a tal regra.
- b) Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, havendo a possibilidade de exceções a tal regra apenas por meio de contrato.
- c) Os direitos da personalidade são plenamente transmissíveis e renunciáveis, não havendo qualquer possibilidade da lei criar exceções a tal regra.
- d) Os direitos da personalidade são plenamente transmissíveis e renunciáveis, havendo a possibilidade de exceções a tal regra apenas por meio de contrato.
- e) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

## → DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52)

**18. (IBFC – 2024)** A respeito do que dispõe o Código Civil de 2002 acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta.

- a) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas do Código Civil de 2002
- b) São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo facultado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo
- d) Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade

**19. (IBFC – 2022)** De acordo com as disposições do Código Civil de 2002, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de pessoa jurídica de direito público interno.

- a) Associações
- b) Autarquias
- c) Sociedades
- d) Partidos políticos

**20. (IBFC – 2022)** Relativamente à confusão patrimonial, concebida como a ausência de separação de fato entre os patrimônios, esta não restará caracterizada por:

- a) atos de descumprimento da autonomia patrimonial
- b) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do administrador
- c) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, ainda que de valor proporcionalmente insignificante
- d) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio

**21. (IBFC – 2015)** Considerando as disposições do código civil brasileiro sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa que indique apenas pessoas jurídicas de direito privado.

- a) Autarquias municipais, partidos políticos e sociedades.
- b) Empresa individual de responsabilidade limitada, União e entidades religiosas.
- c) União, Distrito Federal e Municípios.
- d) União, partidos políticos e empresa individual de responsabilidade limitada.
- e) Fundações, organizações religiosas e partidos políticos.

**22. (IBFC – 2015)** Assinale a alternativa correta no tocante às disposições do código civil brasileiro sobre as pessoas jurídicas de direito privado.

- a) Começa existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a autorização ou aprovação do Poder Executivo independentemente da inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em qualquer caso, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, em qualquer caso, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro apenas as principais alterações por que passar o ato constitutivo.
- e) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro apenas as alterações no capital social por que passar o ato constitutivo.

**23. (IBFC – 2015)** Considere o disposto no código civil brasileiro sobre o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo e assinale a alternativa correta.

- a) O direito decai em 3 (três) anos contados da publicação da inscrição no registro.
- b) O direito prescreve em 3 (três) anos contados do requerimento da inscrição no registro.
- c) O direito prescreve em 3 (três) anos contados da publicação da inscrição no registro.
- d) O direito decai em 5 (cinco) anos contados da publicação da inscrição no registro.
- e) O direito prescreve em 5 (cinco) anos contados da publicação da inscrição no registro.

## → DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)

**24. (IBFC – 2022)** De acordo com o artigo 44 do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado:

- I. as associações;
- II. as sociedades;
- III. as fundações;
- IV. as organizações religiosas;
- V. os partidos políticos.

Sobre as associações, assinale a alternativa correta.

- a) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos
- b) Há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos
- c) Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais
- d) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto
- e) A determinação dos requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados é dado dispensável no estatuto da associação

## → CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97)

**25. (IBFC – 2024)** Considerando o que dispõe o Código Civil de 2002 acerca dos bens, analise as afirmativas abaixo.

- I. O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel para os efeitos legais.
  - II. As energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
  - III. Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes. Estão corretas as afirmativas:
- a) I e II apenas
  - b) I e III apenas
  - c) II e III apenas
  - d) II apenas

**26. (IBFC – 2024)** 26) No que diz respeito ao tema dos “bens”, assinale a alternativa incorreta.

- a) São considerados bens móveis, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial, tais como as patentes de invenção e de modelo de utilidade, o desenho industrial, a marca de produto ou serviço, registrados no INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
- b) A energia em transmissão e consumo é também considerada bem móvel, independentemente da fonte de onde se origina. As unidades de energia são computadas para fins de cálculo do preço do consumo, mas é a energia disponível que se considera bem móvel
- c) Bem imóvel é a parte da superfície da terra, chão ou solo, e tudo o que se edifique sobre ela ou se incorpore em caráter permanente, pela mão do homem ou pela natureza. É conceito jurídico relativo às partes da terra que possam ser objeto de apropriação privada e transmissão
- d) Bens móveis são todos os que podem ser removidos de um lugar para outro por força que lhes não seja própria (humana, mecânica, natural, animal) ou os que podem se locomover por força própria, e que possam lícitamente ingressar em circulação econômica
- e) Bens imateriais, ou seja, direitos sobre algo, podem ser equiparados aos bens imóveis, para fins de classificação e distinção aos bens móveis. São assim classificados os direitos de crédito, em virtude de obrigação convencional ou legal

**27. (IBFC – 2022)** Acerca dos bens e suas classificações, segundo o Código Civil, analise as afirmativas abaixo.

- I. Principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal.
- II. São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- III. Se ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II e III
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas
- e) I apenas

**28. (IBFC – 2022)** No que se refere aos bens, assinale a alternativa incorreta.

- a) Enquanto ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos não podem ser objeto de negócio jurídico
- b) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico
- c) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária
- d) Consideram-se móveis para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico

**29. (IBFC – 2022)** No que diz respeito aos bens, como tais previstos expressamente no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas ou não de valor econômico
- b) São pertencas os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro
- c) Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária
- d) São singulares os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais

**30. (IBFC – 2019)** Acerca das principais classificações dos bens, estabelecidas pela doutrina e pelo Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta.

- a) É considerado bem móvel os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem
- b) É considerado bem imóvel o direito à sucessão aberta
- c) É considerado bem móvel as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local
- d) É considerado bem imóvel as energias que tenham valor econômico

**31. (IBFC – 2015)** Considerando as disposições do código civil brasileiro sobre os bens, assinale a alternativa correta.

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar, desde que seja de forma natural.
- b) Considera-se imóvel para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.
- c) Os direitos reais sobre imóveis são considerados móveis.

- d) As edificações, separadas do solo sempre perdem o caráter de imóveis.
- e) Os materiais separados de um prédio, ainda que provisoriamente para nele se reempregarem, perdem o caráter de imóveis.

**32. (IBFC – 2015)** Assinale a alternativa correta sobre como são considerados de forma precisa os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância com fundamento na Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002, que instituiu o código civil brasileiro.

- a) Bens infungíveis.
- b) Bens disponíveis.
- c) Bens sinalmáticos.
- d) Bens consumíveis.
- e) Bens perecíveis.

**33. (IBFC – 2015)** Analise as alternativas abaixo considerando o que estabelece o código civil brasileiro e assinale a alternativa correta sobre o que deve ser considerada de forma expressa uma universalidade de fato.

- a) Os bens que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.
- b) O complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.
- c) Os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- d) Todos os bens que se encontrem no mesmo lugar.
- e) A pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

**34. (IBFC – 2015)** Assinale a alternativa correta conforme as disposições da Lei federal nº 10.406, de 10/01/2002, que instituiu o código civil brasileiro sobre como são chamados os bens que, embora reunidos, se consideram de per si, independentemente dos demais.

- a) Bens singulares.
- b) Universalidade de fato.
- c) Bens fungíveis.
- d) Universalidade de direito.

## → FATOS JURÍDICOS: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS

**35. (IBFC – 2017)** Fato jurídico é o elemento que dá origem aos direitos subjetivos, impulsionando a criação da relação jurídica, concretizando as normas jurídicas. A respeito dos fatos jurídicos, assinale a alternativa incorreta.

- a) Fato natural advém de um fenômeno que produz efeitos jurídicos e em que não se observa qualquer tipo de intervenção humana
- b) O fato humano pode ser classificado como voluntário quando produzir efeitos jurídicos queridos pelo agente
- c) A aquisição de direitos pressupõe a conjunção do direito com o seu titular
- d) A modificação de direitos se dá de forma quantitativa quando atingir a qualidade do objeto ou do conteúdo do direito
- e) Extingue-se os direitos quando verificada, dentre outros motivos, a prescrição e a decadência

## → NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)

**36. (IBFC – 2024)** Considerando o que dispõe o Código Civil de 2002 acerca das disposições gerais no negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) A validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei
- b) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio e aproveita aos co-interessados capazes
- c) A validade da declaração de vontade depende sempre de forma especial
- d) O silêncio importa anuência, ainda que necessária a declaração de vontade expressa

**37. (IBFC – 2024)** No que concerne ao tema do “negócio jurídico”, assinale a alternativa incorreta.

- a) O negócio jurídico unilateral é contido na esfera jurídica de quem o praticou e somente pode interferir em esfera jurídica alheia para beneficiar, ou para formar negócio jurídico bilateral, quando possível (oferta e aceitação)
- b) O negócio jurídico unilateral existe, é válido e eficaz antes mesmo que qualquer pessoa o conheça ou o realize. Contudo, no caso da promessa de recompensa, quem vier a preencher sua condição, não poderá exigir o cumprimento da obrigação, de cujo negócio não participou
- c) A distinção entre contratos unilaterais e bilaterais (espécies do gênero negócio jurídico bilateral) revela sua importância em determinadas situações, como na hipótese da exceção do contrato não cumprido que somente é aplicada ao contrato bilateral
- d) O negócio jurídico unilateral é aquele para cuja existência basta uma única exteriorização da vontade. Não há necessidade de ser recebido por qualquer outra pessoa para existir juridicamente
- e) O negócio jurídico bilateral é o que, para sua existência, necessita da exteriorização de vontades distintas, porém concordes, de duas ou mais pessoas. É da sua natureza que a exteriorização de vontade de cada parte alcance a esfera jurídica da outra

**38. (IBFC – 2023)** No que se refere às disposições gerais do Código Civil sobre o negócio jurídico, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, bem como aproveita aos cointeressados capazes
- b) A eficácia do negócio jurídico requer forma defesa em lei
- c) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado
- d) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este não será da substância do ato, sendo dispensável

**39. (IBFC – 2023)** Assinale a alternativa incorreta.

Segundo o que preceitua o Código Civil, a interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que:

- a) corresponder a qual seria a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida das demais disposições do negócio e da racionalidade econômica das partes, consideradas as informações disponíveis no momento de sua celebração
- b) for mais benéfico à parte que redigiu o dispositivo
- c) corresponder à boa-fé